



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP, entidade sindical de grau superior, com sede na Capital do Estado de São Paulo, à Avenida Paulista nº 1.313, 14º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 62.225.933/0001-34, **representada pelo seu presidente, o Sr. PAULO ANTONIO SKAF**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. com fundamento nos artigos 74, § 2º e 175, *caput*, da Constituição Federal e artigos 230 e **237, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União**, oferecer **REPRESENTAÇÃO**, objetivando determinação ao **Ministério de Minas e Energia** e à **Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL** para que se cumpra a Lei e a Constituição Federal com a adoção das medidas constantes do pedido ao final formulado, em relação às concessões do setor elétrico que vencem a partir de 2014.

DO PEDIDO

Considerando que o Brasil tem o privilégio de ter na sua matriz energética cerca de 80% de origem hidroelétrica, gerando energia ao menor custo do mundo e, lamentavelmente, o preço para o consumidor brasileiro está entre os cinco mais caros do mundo;



Considerando os argumentos acima expostos e o **ato omissivo praticado pela Administração Pública Federal** em dar cumprimento à lei, preparando e organizando a licitação para concessões do setor elétrico;

Considerando que essa demora poderá levar à ruptura da estabilidade do marco regulatório do setor elétrico consolidado em 2004, levando à impossibilidade de convivência de dois modelos distintos, um concedido em leilões públicos, de acordo com o modelo de 2004, e outro com o privilégio de poder ser prorrogado indefinidamente, repita-se, contraria o direito fundamental de igualdade, não comportando alteração nem mesmo por meio de emenda constitucional;

Considerando, ainda, que o Tribunal de Contas da União no exercício de suas atribuições constitucionais já está realizando levantamento de auditoria sobre a situação das concessões do setor elétrico, que se extinguirão a partir de 2014, nos autos do processo TC 028.862/2010-4;

Considerando, finalmente, que essa mesma demora poderá gerar a violação da Constituição e da Lei, bem como influenciar outros setores com concessões, causando **insegurança jurídica** e o comprometimento da estabilidade futura do ambiente de investimentos no Brasil.

Levam-se os fatos descritos nesta peça ao conhecimento desse Egrégio Tribunal de Contas da União, que tem dentre as suas atribuições regimentais, a atuação com vistas a verificar a legalidade, a economicidade, a eficiência e a efetividade de atos, contratos e **fatos administrativos, podendo determinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.**

Diante de todo o exposto, tendo restado demonstrada a clareza da Lei nº 10.848/2004 e da Constituição Federal ao determinar a realização de licitação pública para as concessões do setor elétrico, não restando alternativa legal senão dar cumprimento aos comandos legal e constitucional supra referidos, estando demonstrado o ato omissivo da Administração Pública Federal ao não tomar as medidas para preparar e organizar a licitação pública, sendo evidente o direito fundamental de representar junto ao Tribunal de Contas da União;



Requer seja recebida, processada e julgada a presente representação, fixando-se prazo ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para tomar as medidas necessárias e urgentes à preparação e realização da licitação para concessões do setor elétrico, visando a redução de preços e tarifas e assegurando seu repasse a todos os consumidores brasileiros, em observância ao princípio da modicidade tarifária, dando-se, assim, cabal cumprimento ao que determina a Lei e a Constituição Federal.

Termos em que,
P. Deferimento.
São Paulo, 26 de julho de 2011

Paulo Antonio Skaf
Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP